

da continuidade do debate, que já vinha da Grécia, acerca da melhor forma política para se evitar a tirania. O que, em Cícero, passava pela demonstração da superioridade das formas mistas, ponderadas e equilibradas de distribuição do poder na *politela*.

Ora, numa conjuntura em que a política parece carecida de *virtù* - termo preferido de Maquiavel e Montesquieu, discípulos confessos de Cícero - e em que as lógicas identitárias parecem estar imbuídas de sentimentos de pertença localistas e naturalizados, a leitura do *Tratado* será um bom ponto de partida sobre a necessidade de se dar primazia a sentimentos de pertença que estejam polarizados pelo ideal de *patria civitatis*, isto é, pelo apego ao império da Lei e do Direito. Limiar superior de sociabilidade e de participação cívica que, em Cícero, era sinónimo de *Res publica*.

Fernando Catroga

Alain Talion (ed.), *Le sentiment national dans l'Europe méridionale aux XVI^e et XVII^e siècles*, Madrid, Casa de Velázquez, 2007

Blythe Alice Raviola (ed.), *Lo spazio sabaudo. Intersezioni, frontiere e confini in età moderna*, Milano, Franco Angeli, 2007

Le sentiment national dans l'Europe méridionale aux XVI^e et XVII^e siècles é um volume de estudos, reunidos e apresentados por Alain Talion, cujos autores são: Tamar Herzog ("Être Espagnol dans un monde moderne et transatlantique"), Arlette Jouanna ("Le thème de la liberté française dans les controverses politiques au temps des guerres de Religion"), Gianvittorio Signorotto ("Identità e interessi nell' Italia dei potentati"), Jean-Pierre Dedieu ("Comment l'État forge la nation. L'Espanhe' du XVI^e siècle au début du XIX^e siècle"), Bertrand Haan ("L'affirmation d'un sentiment national espagnol face à la France du début des guerres de Religion"), Jean-François Dubost ("Enjeux identitaires et politiques d'une polémique. Français, Italiens et Espagnols dans les libelles publiés en France en 1615"), Pablo Fernández Albaladejo ("Entre 'godos' y 'montañeses'. Avatares de una primera identidad española"), Jean-Frédéric Schaub ("Le sentiment national est-il une catégorie pertinente pour comprendre les adhésions et les conflits sous l'Ancien Régime?"), Adriano Prosperi ("Alle origini di una identità nazionale. L'Italia fra l'antico e i 'barbari' nella storiografia dell'Umanesimo e della Controriforma"), Cesare Vasoli ("Unità o disunione deUTtalia? Uno storiografo della Controriforma, Scipione Ammirato e la sua replica al Mchiavelli"), Richard L. Kagan ("Nación y patria en la

historiografia de la época austriaca"), Chantal Grell ("Annius de Viterbe et le roman des origines en France et en Espagne"), Gigliola Fragnito ("Zurai non legger mai più". Censura libraria e pratiche linguistiche nella penisola italiana"), Sylvio Hermann De Franceschi ("Les irrémédiables brisures de la chrétienté de l'histoire. Paolo Sarpi entre idée italienne et idéal chrétientaire"), Denis Crouzet ("Mystique royale et 'sentiment national'? Les visions du frère Fiacre de Sainte-Marguerite"), Myriam Yardeni ("Religion et sentiment national en France aux XVI^eet XVII^e siècles").

Dedicado ao "espaço saboiano", o livro editado por Blythe Alice Raviola, *Lo spazio sabauda. Intersezioni, frontiere e confini in età moderna*, apresenta-nos os estudos de Daniel Nordman e Giuseppe Ricuperati, respectivamente "La frontière: notions et problèmes en France (XVI^e-XVIII^e siècle)" e "Frontiere e territori dello stato sabauda come archetipi di una regione europea: fra storia e storiografia" e ainda mais dez artigos de diferentes autores reunidos sob os temas: "I contorni dello Stato"; "Frontiere ecclesiastiche e confessionali"; "Confronti e frontiere interne"; "Le frontiere dell'economia e della cultura".

Em ambos os livros os temas não podiam ser, pois, mais actuais e estimulantes. Giuseppe Ricuperati, um renomado historiador italiano, termina o seu artigo aferindo o ponto da situação actual: "Mas o tema da fronteira hoje complicou-se com o da identidade, do universalismo, da crise da dimensão nacional e do afiorar de novas exigencias críticas. A historia como disciplina é ameaçada pela dificuldade em construir escalas e fontes para urna historia mundial: são temas que hoje os historiadores se estão a pôr, seja para ver a história europeia em sentido transnacional, seja para suscitar hipóteses mais correctas de *world history*, sem mitos e sem etnocentrismos conflituais" (p. 54).

E outro não menos reputado historiador, Daniel Nordman, respondendo à questão que ele próprio põe no mesmo volume editado por B. A. Raviola - seria possível um dia imaginar uma síntese sobre a fronteira, atravessando vários séculos, combinando toda a espécie de abordagens? -, assegura: "O comparatismo constituiria uma boa via, permitindo observar uma fronteira sob as suas duas faces - relativamente ao interior e ao exterior -, permitindo examiná-la de novo, mas invertendo estas posições - o que era estrangeiro tornando-se o ponto de vista nacional -, permitindo alargar o campo dos exemplos tomando-os na Europa dita ocidental, central ou oriental, permitindo ainda fundar as análises conceptuais e geopolíticas sobre fontes em línguas diferentes" (p. 19).

A proposta metodológica de Alain Talion, ao publicar o volume da Casa de Velázquez, não difere em nada da posição exposta anteriormente: "A história do sentimento nacional deve fazer-se numa perspectiva internacional: esta evidência que se impõe hoje a todos os historiadores conduziu a Casa

de Velázquez, fiel à sua grande tradição de história política, a organizar este colóquio internacional que propõe uma perspectiva comparativa original centrada na Europa meridional" (p. IX).

Também Alain Talion tem consciência dos benefícios desta abordagem: ela permite escapar à idealização, tanto como à diabolização, desta "comunidade imaginária" que é a nação e, simultaneamente, mostrar-lhe o carácter eminentemente construtivo, evolutivo, portanto histórico. Além disso, porque a nação é uma construção identitária vaga e fluida, não se pode resumir a um espaço geográfico, a uma identidade cultural ou a uma comunidade política. As dificuldades metodológicas aparecem particularmente reforçadas nos casos da Espanha e da Itália, "países cuja ausência de realidade política, pelo menos em termos estritamente institucionais, é sublinhada desde a época moderna" (pp. X-XI). Aí, o estado de Sabóia destaca-se, de facto - e retomando o artigo de Giuseppe Ricuperati - como o arquétipo de um território de fronteira. Oferecendo a oportunidade de análise de toda a complexidade de tensões que nele se manifestam.

Mas as dificuldades metodológicas ultrapassam em muito a Espanha e a Itália. De uma forma geral os cuidados a ter são numerosos. Antes de mais porque o sentimento nacional não é um sentimento exclusivo e não supõe a negação de outros tipos de identidade; depois, porque o sentimento nacional pode ter ou não uma tradução política, o que não quer dizer que o seu estudo se limite a uma abordagem puramente cultural; outro problema ainda é saber como é que as identidades nacionais resistem às identidades de fronteira, habituadas ao confronto tanto quanto à troca. As cautelas devem portanto ser muitas, até porque as interações entre o poder político e a ideia nacional são infinita- mente complexas.

A riqueza do volume editado por Alain Talion está na forma como estes e outros problemas se desdobram e se analisam nos espaços concretos da Europa meridional e ñas temporalidades múltiplas dos séculos XVI e XVII. Sem esquecer referências ao mundo colonial, a colectânea de estudos da Casa de Velázquez abre justamente com um interessantíssimo artigo de Tamar Herzog que examina os debates em volta do estatuto de nativo em Espanha, bem como o seu uso e a sua evolução na América espanhola, demonstrando a natureza complexa das categorias de pertença na época moderna. Esta natureza complexa era agudizada pelos múltiplos interesses que estavam em jogo. "Enquanto em Castela as discussões em volta dos estatutos de nativo e de estrangeiro têm por objecto sobretudo a possibilidade de obter cargos públicos e benefícios eclesiásticos, na América espanhola, a motivação principal para distinguir os nativos dos estrangeiros residia no direito de imigrar e de comerciar no Novo Mundo" (pp. 8-9). A conclusão a que o autor chega é que a comparação entre a América espanhola e a Espanha demonstra

que uma não pode ser compreendida sem a outra. A complexidade dos dados múltiplos mais uma vez se manifesta. A variedade infinita das interpretações da diferença entre "nós" e o "Outro", e a importância decisiva dessa interpretação, mais uma vez se verifica.

Sem qualquer preocupação em sermos exaustivos, tarefa quase impossível, assinalámos alguns dos aspectos mais relevantes destas duas colectâneas que no seu conjunto se afiguram notáveis. A importância actual de realidades e conceitos como os de: Estado, mercado e fronteiras; identidades, hibridação cultural e *cultural translation*, criam uma necessidade urgente de os compreender também no passado. Estes dois livros, agora noticiados, são dois excelentes contributos na procura dessa compreensão.

Isabel Ferreira da Mota

Pedro Tavares de Almeida e Rui Miguel C. Branco (coord.), *Burocracia, Estado e Território: Portugal e Espanha (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007

O livro em epígrafe é uma obra de grande interesse e oportunidade. Aquele decorre da qualidade dos vários textos reunidos; da diversidade temática e também geográfica, já que, embora maioritariamente o objecto de análise seja Portugal, dois artigos se referem a Espanha; da complementaridade entre estudos de âmbito geral e monográficos, e entre abordagens da administração do Estado e de uma organização privada, o Banco de Portugal.

Reunindo textos produzidos no quadro de investigações em geral mais vastas, em vários casos teses de doutoramento ainda não publicadas, que deste modo ficam acessíveis, o livro é oportuno porque vem estimular a reflexão sobre o Estado liberal em Portugal, um campo onde até há pouco tempo a investigação era escassa e mais não se conseguia fazer do que repetir ideias feitas.

De facto, até há alguns anos a História do Estado durante a monarquia constitucional encontrava-se num impasse. António Hespanha havia renovado profundamente o conhecimento sobre o poder no Antigo Regime, reagindo contra o mito da centralização, mostrando como, no século XVII, eram escassos os recursos, nomeadamente o pessoal, de que a coroa podia dispor, e como os oficiais régios se regiam por regras distintas das que se viriam a impor mais tarde na burocracia do Estado. Outros historiadores analisaram depois os órgãos centrais da monarquia e muitos foram os que se dedicaram ao estudo das elites locais e das relações centro-periferia, defendendo a persistência da autonomia dos municípios. Todos aceitavam